

## Por um enfoque pós-social fundamentado na Teoria Ator-Rede para os novos letramentos e para a inclusão digital

Marcelo El Khouri Buzato  
Instituto de Estudos da Linguagem,  
Universidade Estadual de Campinas

**Resumo:** *O estudo discute as relações entre sujeito, linguagem, tecnologia e participação social com base em resultados de um projeto de pesquisa, concluído recentemente, em que foram investigados os letramentos digitais e não digitais de jovens universitários, de classe, gênero e etnicidade distintas. A partir da fundamentação teórica fornecida pela Teoria Ator-Rede, cada um dos sujeitos estudados foi tomado, simultaneamente, como ator focal de uma translação local, correspondente à sua subjetividade, e como ator periférico alistado em translações globais correspondentes a diferentes letramentos de que participavam. Apresento uma vinheta baseada em um dos casos incluídos na pesquisa e, a partir desses resultados, busco propor um enfoque alternativo, de cunho pós-social, às noções de participação, emancipação e inclusão digital como subsídio para o planejamento e avaliação de iniciativas educacionais apoiadas por tecnologias digitais da informação e comunicação e projetos de inclusão digital.*

**Palavras-chave:** *Novos letramentos. Teoria ator-rede. Inclusão digital.*

**Title:** *Towards a post-social, Actor-Network Theory based approach to new literacies and digital inclusion*

**Abstract:** *The paper presents a discussion of the relationship among social subjects, language, technology and social participation based on findings from a recent research project in which two college students from different class, gender and ethnic backgrounds had their digital and non digital literacies investigated. Proceeding from Actor-Network Theory, the study takes each of the subjects as both the focal actor of a local translation corresponding to their subjectivities, and a peripheral actor enrolled in global translations corresponding to the various literacies in which they participated. A vignette from one of the referred cases is presented upon which an alternative, post-social approach to the notions of participation, emancipation and digital inclusion is proposed that might subsidize the design and evaluation of educational and digital inclusion initiatives based on digital information and communication technologies.*

**Keywords:** *New literacies. Actor-Network Theory. Digital Inclusion.*

## **Novos letramentos, uma nova sensibilidade**

Novos letramentos são práticas sociais em que as tecnologias digitais da informação e da comunicação assumem um papel relevante na produção, distribuição, troca, refinamento e negociação de significados socialmente relevantes codificados na forma de textos (escritos ou de outra natureza). O que os caracteriza como “novos”, mesmo que a infraestrutura tecnológica de que se servem já não mereça mais tal adjetivo, é a sua vinculação com uma “nova mentalidade” ou “novos padrões éticos” que caracterizam as sociedades pós-industriais (KNOBEL, LANKSHEAR, 2007), e que toma corpo, basicamente, em processos de inovação aberta, colaborativa, ascendente e em rede (BUZATO, 2010a). Tais processos, por sua vez, têm como base uma “economia do afeto” que vincula consumidores com marcas e conteúdos de alcance em escala transnacional e por caminhos transmidiáticos, os quais vêm transformando leitores/audiências, isto é sujeitos letrados, cada vez mais, em co-autores/produtores de boa parte dos conteúdos culturais que eles mesmos consomem. Dito de outra forma, passamos da era de oposição binária entre produção e consumo cultural para um momento em que as figuras de produtor e consumidor (usuário) convergem na constituição de sujeitos “produsuários” (BRUNS, 2006).

Enquanto prática social, cada (novo) letramento pode, alternativamente, ser concebido como um conjunto de pessoas (leitores e escritores), artefatos textuais, mídias (dispositivos de produção, exibição, transporte e acesso a esses artefatos), competências (cognitivas, sociais, físicas e culturais) individuais e coletivas, sistemas semióticos, valores, paixões, sensibilidades e ideologias inter-relacionados, embora não haja necessariamente um consenso sobre como, do ponto de vista prático e objetivo, tal inter-relação se efetiva e se sustenta.

Os discursos dominantes sobre letramento, há pelo menos duas décadas, abandonaram, em grande parte, a noção do letramento como uma tecnologia autônoma, e voltaram-se para a representação de letramentos múltiplos, concebidos, cada um,

como uma moeda de duas faces: de um lado, os eventos enunciativos concretos e empiricamente observáveis nos quais textos (em sentido amplo) são partes integrantes da natureza das interações entre sujeitos sociais e de seus processos de interpretação (chamados eventos de letramento); na outra face da moeda, os modelos culturais-ideológicos globais e abstratos (denominados práticas de letramento), que estão sempre vinculados a contextos sociohistóricos, espaciotemporais e institucionais específicos, e que, de alguma maneira, modelariam ou formatariam os eventos enunciativos locais.

Entende-se que a apropriação dos letramentos pelas comunidades passa pela participação dos sujeitos em eventos de letramento específicos, orientados para finalidades específicas e norteados por práticas de letramento específicos, vinculados ao contexto. Por isso mesmo, a tentativa de direcionar essa apropriação produtivamente, para determinados conjuntos de finalidades, passa pela institucionalização de certos letramentos por meio de agências de letramento específicas (a escola, a igreja, o sindicato, a família, o telecentro, e assim por diante). Essas agências tornam-se, então, instâncias de definição do que conta como letramento e, por tabela, criam os espaços de resistência de onde emergem letramentos ditos marginais como os de pichadores, *hackers*, *rappers*, praticantes do internetês, e tantos outros grupos que fazem da escrita (em sentido amplo) um instrumento de contestação e expressão de subjetividades e estilos de vida ditos alternativos. As agências oficiais tentam, periodicamente, trazer para seu próprio portfólio os novos letramentos, sejam eles dominantes ou marginais, tornando-os, em alguma medida, “domesticados” e voltados para o aumento da “produtividade” e “competitividade” dos países. Ao mesmo tempo, os grupos periféricos utilizam os novos letramentos como espaços (provisórios) de resistência e manifestação de identidades e modos de vida alternativos. Como os sujeitos letrados circulam por ambos os tipos de contextos, tanto os letramentos oficiais como os marginais são periodicamente renovados, hibridizados e redefinidos em relação uns aos outros. Da mesma forma, entende-se hoje que os sujeitos são renovados,

hibridizados e redefinidos em suas identidades a cada evento enunciativo de que participam, em cada contexto ou domínio de suas vidas.

Na presente pesquisa, propõe-se uma visão alternativa sobre (novos) letramento(s), não totalmente incompatível com a visão descrita acima, mas alegadamente mais sensível à natureza empírica do fenômeno tal qual o experimentamos hoje. Tal noção mantém que letramentos são, de fato, práticas sociais, mas aponta para uma maneira alternativa de conceber o social, e por tabela, para um modo particular de estabelecer as pontes concretas entre o que seriam os eventos e as práticas de letramento, partindo, portanto, da asserção radical de que não há descontinuidade entre o sujeito, a linguagem e a estrutura tanto nessas como em todas as demais práticas sociais.

Mais especificamente, em lugar de postular dois lados de uma moeda, ou dois planos ontológicos que se influenciam mutuamente, concebe-se diferentes letramentos como diferentes configurações de redes heterogêneas<sup>1</sup> nas quais entidades humanas (pessoas) e não humanas (máquinas, códigos, valores, ideias, textos, etc.) se coagenciam e traduzem mutuamente para produzir – e não para refletir – aquilo que normalmente chamamos de letramentos, contextos e sujeitos letrados.

Defendo que o que Knobel e Lankshear (2007) descrevem como o acoplamento de *novas possibilidades técnicas* e

---

<sup>1</sup> Tais redes são, em espécie, diferentes tanto do tipo utilizado na Teoria de Grafos quanto das redes técnicas ou telemáticas construídas e mantidas por engenheiros e cientistas da computação. Em primeiro lugar, porque, enquanto grafos e redes técnicas vinculam atores de um mesmo tipo (pessoas com pessoas, máquinas com máquinas, conceitos com conceitos, pontos no espaço a pontos no espaço e assim por diante), nas redes heterogêneas, ou atores-redes postulados pela TAR, fala-se de pessoas ligadas a máquinas ligadas a ideias ligadas moléculas e assim por diante. Segundo, porque enquanto nas redes homogêneas as entidades trocam laços de qualquer tipo, de natureza simbólica e/ou material (parentesco, eletricidade, dinheiro, confiança, doenças infecto-contagiosas, e assim por diante), na TAR, o que circula é ação ou trabalho local, enquadrado à distância por sítios mais poderosos, e traduzido na linguagem particular de cada entidade enredada. Por essa razão, Latour (2005, p.143) sugere que talvez o jogo de palavras *work-net* exprimisse melhor do que *network* o significado da metáfora neste caso.

semióticas com uma *nova mentalidade* (pós-industrial) é, em verdade, a manifestação do avatar atual de um padrão histórico recorrente, instanciado em outros eventos historicamente significativos, fortemente vinculados a processos de inclusão e exclusão social, tais como a invenção da escrita alfabética e a difusão indústria da escrita impressa. Diferentemente do que aconteceu nesses outros momentos, no entanto, vivenciamos os efeitos práticos e cumulativos dessas transformações com uma velocidade e abrangência geopolítica tais que tornou-se mais urgente, do que em outros momentos, privilegiar o *como* da transformação em lugar do seus *porquês*.

Especialmente implausível – e este é um ponto crucial para a argumentação que se segue – é ignorar que mesmo o mais trivial dos eventos em que compartilhamos e negociamos significados codificados em nosso cotidiano demanda, cada vez mais, que humanos se relacionem mais, e mais “intimamente”, com uma classe especial de não humanos, as máquinas e telas digitais de modo geral, nas quais tendemos a confiar mais facilmente, mais confortavelmente e/ou mais inevitavelmente do que em outros seres humanos (KNORR-CETINA, 2005).

Na mesma medida, os novos letramentos nos levam a enfrentar, continuamente, demandas, feitas por máquinas, para que provemos que somos humanos. Refiro-me, por exemplo, à experiência de contemplarmos imagens retorcidas e algo fantasmagóricas à busca de letras que possam ser digitadas quando queremos ter acesso à informação em algum banco de dados na Web, de modo que um “porteiro” não humano que atende pelo nome de CAPTCHA (Completely Automated Public Turing test to tell Computers and Humans Apart) possa “liberar nossa entrada”, tendo assegurado que não somos um agente computacional tentando derrubar o banco de dados, mas leitores humanos em busca de informação.<sup>2</sup> Neste caso, nosso estatuto de humanos é obtido, perante o interlocutor não humano, por meio de um desafio cognitivo e perceptual. Mas a natureza

---

<sup>2</sup> Buzato (2010b) sugere uma maneira de usarem-se agentes automatizados na web para desafiar o binário cultura- tecnologia/humano-não humano em favor de letramentos escolares críticos.

performativa de nossa humanidade pode ser acionada de maneiras mais prosaicas, quando, por exemplo, nos flagramos acenando para um sensor no teto ou na torneira de um banheiro público para provar que nos movemos, e, portanto, não somos um vaso sanitário ou latão de lixo que pode prescindir a iluminação para fazer o que é necessário que faça, ou então que não estamos desperdiçando água da torneira, como fazem as crianças “arteiras” e os cidadãos “sem consciência”.

Novos Letramentos, portanto, nos falam, mais do que letramentos tradicionais, da integração de coisas e pessoas em cadeias de transmissão de ações e tradução de significados que servem para nos organizar socialmente, mas, antes de tudo, para nos constituir como coisas e/ou como pessoas em si. Compreender o *como* das transformações em curso corresponde, antes de mais nada, a privilegiar as circulações, o movimento, os deslocamentos de corpos, forças, significados e estatutos ontológicos dos diversos elementos envolvidos nas redes heterogêneas que chamamos de letramentos.

Uma concepção intersubjetiva (e/ou intrassubjetiva, puramente psicológica) dessas práticas, isto é, conceber letramentos como processos interpretativos, e tais processos como reservados apenas às interações que ocorrem entre os atores humanos é uma visão muito parcial da sua natureza. Se queremos, de fato, entender o como do(s) (novos) letramento(s), temos que encontrar meios de integrar a essa concepção o que Bruno Latour (1996) chamou de natureza interobjetiva da organização social. Esse como está relacionado ao que o autor (1992) chamou de delegados (e contra-delegados), isto é, entidades não humanas que guardam e executam programas de ação que prescrevem o modo como humanos devem agir para que haja o que chamamos de sociedade (LATOUR, 1992). Isso não é novidade, obviamente, já que uma parede, um alfabeto ou um marca-página são também delegados sem os quais não teríamos letramentos em funcionamento no passado. Como haver leitura privada e/ou silenciosa se alguém (uma parede) não fizer o trabalho de isolar o espaço e manter o barulho e as outras pessoas do lado de fora, e se o alfabeto não fizer o trabalho de

“guardar” a voz do autor do texto e depois trazê-la para o lado de dentro, silenciosamente?

O que caracteriza os novos letramentos não é tão somente a grande extensão e complexidade das cadeias de delegação envolvidas em nossos (novos) letramentos, mas também, e muito especialmente, o fato de que os delegados envolvidos passaram a ter seus programas de ação passíveis de alteração pela via da manipulação simbólica, sem o uso da força bruta. Se um jovem de periferia sentado à frente de uma tela em uma *lanhouse* qualquer consegue divulgar sua versão remix de um clássico do seu compositor favorito de modo a expressar sua própria visão de mundo, pela remontagem das palavras dos outros e de elementos de outros mundos, é porque ele pôde assumir o controle dessas palavras reprogramando ou dispensando, por meio de softwares e *gadgets* específicos (contra-delegados), os delegados que mantinham esses conteúdos e esses mundos protegidos de manipulações e distribuições em grande escala.

Ao mesmo tempo, estamos cada vez mais cientes de que quando intervimos nos programas de ação instalados em nossos computadores, celulares, *tablets*, caixas eletrônicas, e em outros não humanos que habilitam contingencialmente nossos (novos) letramentos, tornamo-nos, também, um tipo especial de delegado que conta, ao que Bruno Latour (2000, 2005) chamaria de "centrais de cálculo", quais são os programas de ação que caracterizam indivíduos como nós e grupos como nossas redes de amigos (BUZATO; SEVERO, 2010): ao usar o computador, nos tornamos computáveis. Quanto mais programamos delegados, tais como nossos programas de navegação, perfis de redes sociais e chips de celulares para atenderem a nossos desejos, interesses e afinidades específicos, mais permitimos que tais centrais acumulem, correlacionem, e reorganizem sua representação de quem somos e como agimos, tornando-nos, assim, mais e mais parecidos com delegados não humanos, nos quais a central tem de confiar, e cujos serviços ela pode disponibilizar para outrem.

Em suma, os novos letramentos clamam a pesquisadores, educadores e formuladores de políticas de “inclusão digital” pela adoção de uma nova sensibilidade, um novo modo de apreender

o fenômeno do letramento que, por algum tipo de manobra metodológica ou metateórica, se abstenha de confiar em binarismos tais como humano versus não humano, coletivo versus individual, técnico versus cultural, global versus local, e assim por diante. Clamam por uma sensibilidade que permita a produção de explicações plausíveis sobre o *como* das vinculações entre o que chamamos de eventos de letramento e práticas de letramento de forma livre de pré-concepções sobre quem age e porque age. Isso só é possível, como já sugerido, se letramentos, tecnologias, contextos e sujeitos letrados puderem ser (re)definidos como efeitos de circulações e trocas performativas em um mesmo e único plano ontológico, configurando coletivos híbridos que, daqui por diante, chamaremos de atores-redes.

### **A Teoria Ator-Rede como candidata a fundamentação teórico-metodológica**

Minha longa introdução objetivou justificar, perante o leitor, a necessidade de buscamos novos aportes teórico-metodológicos para o engajamento com os novos letramentos tanto como objetos de pesquisas quanto como focos de ações educativas voltadas para a “emancipação” dos sujeitos sociais e sua “inclusão” produtiva, para si e para os outros, nos espaços e oportunidades socioeconômicos gerados pela reconfiguração em curso no capitalismo mundializado. Nesta pesquisa, buscou-se tal aporte na Teoria Ator-Rede (Callon, 1986; Latour 1988, 2000, 2005; Law, 1992, 2000, 2006, 2007; Callon e Law, 1997), por motivos que ficarão mais claros à medida que o leitor avance ao longo da presente seção.

São, provavelmente, os trabalhos de Brandt e Clinton (2000), Hamilton (2001), Clarke (2002), Barton e Hamilton (2005) e Leander e Lovvorn (2008) os mais conhecidos estudos sobre (novos) letramento(s) que invocam a Teoria Ator-Rede (doravante TAR), tendo eu mesmo tentado contribuir modestamente para a divulgação dessa vertente de pesquisa no Brasil recentemente (BUZATO, 2009, 2010b, 2011, 2012a, 2012b). Fenwick e Edwards (2010) é talvez a melhor introdução

crítica aos trabalhos mais antigos e mais recentes em TAR para os que trabalham especificamente com Educação. Ainda assim, podemos dizer que são pouquíssimos os estudos que combinam TAR e (novos) letramento(s) disponíveis, especialmente no contexto específico dos estudos da linguagem no campo aplicado, e especialmente no Brasil.

A pesquisa a que se reporta o presente capítulo foi inspirada, em alguma medida, no trabalho de Leander e Lovvorn (2008), que usaram a TAR para mostrar como os textos e letramentos digitais de um adolescente norte-americano, especialmente suas práticas transnacionais de *produsagem*<sup>3</sup>, eram articulados por cadeias semióticas de elementos humanos e não humanos, e como a TAR poderia ser útil para minar a concepção de contexto como contêiner espaço-temporal que já não se encaixava naturalmente ao tipo de atividade por eles estudada. Assim como os demais autores já citados, à exceção de Fenwick e Edwards (2010), porém, Leander e Lovvorn (2008) acionam algo timidamente a capacidade da TAR de explicar os processos de ressemiotização e transmidiação que constituem fundamentalmente as práticas enfocadas em seu estudo, privilegiando as circulações físico-geográficas de textos, corpos e competências para a produção de identidades juvenis. Da mesma forma, são tímidas as iniciativas, por parte dos autores já citados, de uma proposição mais radical sobre a natureza do social, baseada na TAR, quando se fala em letramentos como práticas sociais. Em vista desse quadro, o que se poderia destacar como tentativa de contribuição mais efetiva do estudo a que remete o presente artigo não seria nem a profundidade com que se explorar os conceitos da TAR, nem a sua atualidade<sup>4</sup> com relação

---

<sup>3</sup> O termo é emprestado de Bruns (2004) e refere-se às diferentes formas conduzidas pelo usuário (user-led) de produção colaborativa de conteúdo midiático no âmbito da Web 2.0.

<sup>4</sup> Utilizo, neste trabalho especificamente, o que Fenwick e Edwards (2010) chamam de “early ANT”, isto é, uma versão praticamente seminal da Teoria Ator-Rede que, ao longo de quase três décadas de sua existência, foi desenvolvida, traduzida e traída (LAW, 2006) de muitas maneiras. Considero, porém, que, em essência, essa versão da teoria não contradiz a maior parte dos

aos trabalhos já citados, mas a manobra metodológica um tanto radical por meio da qual procurei descrever sujeitos letrados como atores-redes engajados em um empreendimento subjetivo que os vinculava a atores-redes mais extensos identificados como (novos) letramentos específicos.

Nascida dos Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia, a TAR é um corpo teórico relativamente heterogêneo de princípios metateóricos e sensibilidades empíricas, de alguma forma aparentado da sociologia fenomenológica de Gabriel Tarde e da filosofia rizomática de Gilles Deleuze e Félix Guattari, e compatível com a concepção foucaultiana de poder como rede, assim como com o pressuposto da Etnometodologia de que os atores sociais dispõem da linguagem necessária para explicarem o funcionamento de seus mundos.

Pode-se dizer que o termo que melhor captura a essência da TAR é “materialismo relacional” (Law, 1992), expressão que designa a asserção radical de que não existe “o social” fora de redes heterogêneas que colocam em relação entidades humanas e não humanas. Vinculado ao materialismo relacional, e ainda mais polêmico do que ele, é o princípio metateórico da simetria generalizada, segundo o qual não se pressupõem distinções de status *a priori* entre humanos e não humanos nas explicações dos fenômenos sociais. Isto não significa dizer que, para a TAR, humanos e não humanos são a mesma coisa, mas apenas que os não humanos também têm direito de possuir interesses, manifestar desejos e exercer resistência ao poder que circula por eles.

Em oposição à noção de interação, tal qual utilizada na sociologia tradicional, a TAR utiliza o conceito de *translação*, isto é, um processo que envolve, simultaneamente, desvios de rota na circulação de ações (transporte) e articulações nas quais cada elemento traduz os interesses e a linguagem dos demais em seus próprios interesses e linguagem (tradução). Toda translação envolve actantes, termo emprestado da semiótica justamente para não ser confundido com os “atores sociais” de outras sociologias.

---

desenvolvimentos posteriores, ao menos no que tange aos conceitos acionados nas análises que produziram os resultados aqui explorados.

Toda descrição de uma translação demanda a escolha de um ator-focal, que a inicia e tenta, por meio dela, fortalecer-se e expandir-se. Um actante pode, como na semiótica, representar aquele participante de uma translação cuja força circula independentemente das figurativizações que adquire por meio de diversos atores. Humanos e não humanos são actantes que gozam do mesmo status, porém enquanto os humanos são dotados de racionalidade, animidade ou volição, os não humanos são dotados de durabilidade, tenacidade e substância material que lhes permitem resistir à ação humana, ou então acolhê-la transportá-la, tornando-a perene e estendida no espaço.

Por ser um conjunto de elementos heterogêneos com potenciais e interesses divergentes, uma translação sempre exige negociação, persuasão, resistência, exclusão, coerção, sedução e muitas outras formas de circulação de poder entre os atores em cada uma das microinterações que a constituem. Desnecessário é dizer, portanto, que a estabilidade de uma translação é sempre provisória e seu equilíbrio sempre dinâmico, sempre dependente da exclusão ou silenciamento de vozes dissuasivas ou contraditórias de alguns dos aspirantes a atores, e da inclusão de novos atores, com outros interesses e capacidades de estabilização do todo, como meio do ator-focal recuperar o controle sobre os atores relutantes ou desertores.

Interessante é notar, sobre translações e/ou atores-redes, que todas as entidades envolvidas são também translações e/ou atores-redes. Assim sendo, uma determinada translação se estabilizará e manter-se-á em expansão à medida que os componentes da rede estejam alinhados, portando-se como *intermediários* da ação e dos interesses alheios. Quando isso acontece, cada ator-rede e/ou translação dentro do ator-rede e/ou translação maior pode ser tratado, para efeito de análise, como uma unidade, tendo suas negociações internas desprezadas. Por outro lado, se um ou mais desses participantes não conseguirem manter o seu vínculo com os demais, ou se suas próprias controvérsias internas por algum motivo o desestabilizarem, o *intermediário* se tornará, novamente, um *mediador*, e a ação e/ou os significados que até ele chegarem serão desviados,

corrompidos, multiplicados e dispersos de tal modo que a rede irá desintegrar-se, fazendo com que desapareça, ou que não cheguem a se manifestar, os seus "efeitos de ordenação, como dispositivos, agentes, instituições ou organizações" (LAW, 1992, p. 366).

Mesmo depois de estabilizada, uma translação só irá manter-se e expandir-se enquanto o alinhamento obtido entre os atores for sustentado, isto é, se todos os interesses envolvidos continuarem a ser adequadamente traduzidos pelos laços estabelecidos, e se todos os agentes envolvidos resistirem ao chamado constante para juntarem-se a outras translações concorrentes. Em qualquer caso, porém, é uma característica inescapável de qualquer translação que os objetivos, significados, estratégias e rotas iniciais projetados por cada participante serão inevitavelmente desviados ou transformados no processo. Assim também, o fato de que um ator deixe de estar vinculado a uma translação não significa que ele passou a ser uma entidade atomizada e descontínua em relação ao contexto: ao sair de uma translação ele necessariamente terá aderido a alguma outra, dentro da qual traduzirá novamente seus interesses e será novamente traduzido.

Uma maneira tradicional de estudar translações, proposta por Callon (1986), é apreendê-las em quatro momentos parcialmente superpostos através dos quais um punhado de entidades dispersas torna-se um coletivo organizado que adquire poder (um ator-rede). Esse esquema descritivo produzido nos primórdios da TAR tem sido revisto em muitos aspectos, mas, desde que não seja tomado mecanicamente, continua a ser uma heurística útil. No caso desta pesquisa, a natureza das análises pretendidas já era, naturalmente, avessa ao mecanicismo que se atribui ao modelo em alguns casos, e por isso optou-se por utilizá-lo.

No primeiro momento de uma translação, chamado de problematização, um empreendedor (chamado de ator-focal) propõe uma definição particular de um problema que afeta um grupo de entidades dispersas e, alegando ter a solução, atrai ou convida as entidades a se desprenderem de seus negócios

habituais e juntarem-se ao empreendimento emergente. Se o pedido for aceito e o empreendimento bem conduzido, o ator-focal tornar-se-á, eventualmente, um ponto de passagem obrigatório para os interesses e as ações de todos os outros, isto é, vai se tornar, ele mesmo, um ator muito mais poderoso e extenso do que era inicialmente. Callon (1986) toma como atores centrais em seu estudo um grupo de oceanógrafos que tenta revitalizar a população de vieiras no litoral da França iniciando um experimento em uma pequena baía. Para tanto, eles convocam pescadores, larvas, marés, e uma infinidade de utensílios e materiais além de entidades mais abstratas tais como conceitos e afirmações científicas. Sua problematização era, basicamente, um projeto de pesquisa que, para ser bem sucedido, precisaria transformar pescadores em auxiliares de pesquisa, materiais encordoados em berçários de vieiras, e assim por diante.

No segundo momento, chamado persuasão (*intéressement*), e no terceiro, chamado alistamento (*enrollment*), tratados aqui em conjunto por uma questão de simplificação e falta de espaço, o ator focal separa, dentre as entidades atraídas, aquelas que devem ser incluídas daquelas que devem ser excluídas, e define as maneiras pelas quais as incluídas devem portar-se, que identidades assumirão, e que outros atores estarão por elas representados. Para fazê-lo, no entanto, as entidades devem separar-se de outras redes, e, por isso, o ator-focal deve negociar o seu compromisso com o empreendimento, mostrando que os interesses de todos estão adequadamente traduzidos na linguagem da problematização. Além disso, cada entidade deve mostrar que é capaz de sustentar o lugar e a identidade a ela atribuída, o que se faz por meio de diferentes provas de força. No processo como um todo, o ator-focal poderá recorrer a outras estratégias que vão desde o recrutamento de mais entidades que possam mediar os interesses ainda não atendidos, até o recurso à intimidação e à violência.

No estudo de Callon (1986), foi necessário excluir as estrelas-do-mar, predadoras de vieiras, da translação, razão pela qual se hospedavam as vieiras em sacolas especiais, feitas de um

tecido vazado que permitia a entrada da água, mas não de outros animais. Foi também preciso persuadir os pescadores a abandonarem suas redes de pesca, optando por outros métodos, e a portarem-se como conservacionistas, abdicando de colher as vieiras mais jovens. Além disso, havia incerteza sobre se as vieiras francesas se comportariam da mesma maneira que as vieiras japonesas abordadas no artigo científico em que os três oceanógrafos haviam se inspirado, e os mesmos tiveram que, por isso, renegociar o conceito de fixação a partir de dados quantitativos fornecidos por outros colegas.

O momento final da translação é chamado de mobilização de aliados. Aqui o desafio é garantir que os intervenientes na longa cadeia permanecem alinhados, especialmente aqueles que estão dispersos na distância (quer em termos físicos ou relacionais). Isto é conseguido através da circulação de uma classe especial de entidades chamadas *móveis imutáveis*.

Ao contrário das outras entidades da rede, os móveis imutáveis podem ser transportados sem transformarem-se ou deformarem-se, uma vez que são basicamente representações formais, relativamente autônomas em relação à substância material em que estão gravados. Bons exemplos de móveis imutáveis seriam equações, fórmulas ou mapas, isto é, representações formais que podem ser gravadas em papel, metal, pedra, couro etc. ou mesmo memorizadas e, a partir daí, redistribuídas na rede por um desses meios ou, como é mais comum, passando de um para outros desses meios à medida que circulam. Móveis imutáveis podem ser acumulados, computados, comparados e embaralhados pelo o ator- focal que, neste caso, pode facilmente redefinir a "realidade" a partir de uma perspectiva global ou sinóptica<sup>5</sup>, não acessível a qualquer ator

---

<sup>5</sup> Esta é a ideia central do principal trabalho de Bruno Latour (1990). Baseando-se no trabalho de Eisenstein (1979), o autor procura mostrar que se há algum tipo de vínculo mais direto, embora não necessariamente causal, entre letramento e desenvolvimento tecnocientífico no Ocidente, tal vínculo estaria não no acoplamento do alfabeto com o pensamento lógico-científico, como queriam os autores do modelo autônomo do letramento, mas na possibilidade, dada pelo desenvolvimento das tecnologias do impresso (não apenas as de impressão, mas, sobretudo, as de circulação), de fazerem circular até um mesmo

local. Por outro lado, a contínua circulação de móveis imutáveis é o que permite que os atores distantes enquadrem e estabilizem suas interações produtivamente, e que tornem-se comensuráveis com todos os outros sites da translação para poderem, justamente, saber o que os distingue dos demais (LATOURE, 2005).

Pode-se perguntar como é que os sítios mais poderosos disciplinam a ação nos sítios mais periféricos para que o fluxo de móveis imutáveis seja mantido, evitando a resistência ou mantendo-a dentro do aceitável. Em outras palavras, de que forma o ator-focal engaja os atores periféricos na produção e circulação dos móveis imutáveis sem que eles tenham a necessidade de participar dos processos centrais de interpretação e negociação de interesses? Como mantê-los fazendo seu trabalho constantemente sem nunca se revoltarem ou “cobrarem” por ele? Uma solução, claro, é o imperialismo unilateral apoiado em variados meios de coerção, como quando um cientista manipula o DNA de animais de laboratório, a fim de torná-los fornecedores dos sintomas de uma doença e provedores de tecidos que serão usados para a geração de *inscrições* científicas. Outra solução, menos antipática para com os atores locais, é empregar algum tipo de dispositivo de tradução que ofereça ao sítio local uma forma de estruturar sua atividade produtivamente para perseguir seus próprios afetos e interesses. Por exemplo, um zoólogo pode fornecer formulários e etiquetas a um grupo de naturalistas, nos quais eles possam registrar os locais exatos onde avistaram ou fotografaram este ou aquele animal. Ao mesmo tempo em que servem de recordação e de prova de seu engajamento concreto em conservacionismo, uma ideia que lhes é cara, os formulários e rótulos servem, para o zoólogo, como

---

ponto (um laboratório, um pesquisador, uma biblioteca, uma enciclopédia e assim por diante) uma quantidade fabulosa de móveis imutáveis que podiam, agora, ser combinados, comparados, contrapostos, embaralhados, criando a possibilidade, nesse sítio da rede para onde fluíam, de uma consciência sinóptica do que, a partir de então, se procurou isolar como sendo a natureza e a cultura/sociedade. Essa separação, argumenta Latour (1994), está no cerne da constituição moderna que, nunca tendo chegado a se instalar completamente, é agora constantemente desafiada pela proliferação de híbridos.

registros científicos que ele pode agregar a outros conjuntos de dados para desenvolver seu projeto de pesquisa que visa vincular a evolução das espécies ao conceito de território geográfico (STAR; GRIESEMER, 1989).

Um objeto fronteiroço, (OF, doravante), como qualquer outro actante, pode ser figurativizado como uma entidade humana e/ou não humana. Algumas dessas entidades nos são bastante familiares em nossas vidas quotidianas, embora não as reconheçamos como tal, necessariamente. Um mapa que consultamos no Google Maps, um dos diversos formulários eletrônicos e de papel que preenchemos diariamente a fim de transacionar com um banco, uma universidade ou o seguro de saúde, e até a ordem alfabética que utilizamos em diversas situações são bons exemplos. A ordem alfabética, por exemplo, pode ser usada por um provedor de serviços ou de informações para nos fazer esperar por nossa vez pacificamente ao mesmo tempo em que nos permite manter nossa dignidade perante os outros com os quais disputamos o mesmo privilégio de sermos atendidos mais cedo.

No estudo dos novos letramentos/letramentos digitais, é especialmente produtivo identificar OFs que circulam na Internet e em outras tecnologias conectivas e móveis, tais como telefones celulares, se queremos entender o porquê da crescente incapacidade das pessoas de fazer o que precisam ou querem fazer localmente sem a estruturação fornecida por algum sítio distante. Sentimos isso todos os dias, por exemplo, quando o caixa do banco cruza os braços, deixando-nos a esperar, porque “o sistema saiu do ar”, ou quando o médico nos atende com os olhos o tempo todo voltados para a tela do computador à sua frente, na qual aparecem os resultados dos exames que fizemos, ou os códigos de classificação de nossas enfermidades que necessitam ser colocados nos pedidos de novos exames a serem pagos pela seguradora. Da mesma forma, uma infinidade de empreendimentos científicos, comerciais, educacionais e governamentais ditos globais tomam impulso hoje pela disponibilidade de meios digitais de coleta de dados e coordenação da ação distribuída por meio de OFs eletrônicos.

Sem esses instrumentos, a capacidade dos governos, empresas, universidades e outros empreendimentos de obter uma visão clara do que está acontecendo e de tomar decisões informadas é hoje praticamente nula! Por vezes, nós mesmos somos tomados como meios de circulação de informações, e mandados de um departamento ao outro, ou de uma repartição pública a outra para levar informações pertinentes a nosso caso que precisam ser circuladas e compartilhadas no “sistema” do qual participamos como *links*, sem muita consciência disso.

Assim, se os conceitos de translação e ator-rede nos ajudam a colocar sujeitos e letramentos em um mesmo plano ontológico, o conceito de OF nos permite compreender como a ação distribuída por diferentes escalas, nesse mesmo plano, pode ser coordenada, ou seja, como o global pode estruturar as ações locais ao mesmo tempo em que os locais, tornados comensuráveis e conectados entre si, produzem um global que os redefine constantemente.

### **Empreendendo subjetividades via novos letramentos: o caso de A.**

Na presente seção ilustro, com dados concretos, algumas possibilidades, assim como algumas limitações, de uma pesquisa orientada pelo tipo de sensibilidade que argumentei, anteriormente, ser adequada ao estudo do(s) (novos) letramento(s) numa era pós-social.

Para facilitar este trabalho, reunirei, na vinheta que se segue, alguns recortes dos resultados de pesquisa<sup>6</sup> já mencionados, relativos ao caso de uma estudante universitária que, à época da pesquisa, tinha entre 19 e 20 anos de idade. Essa pessoa, doravante referida por A., declarou-se negra, heterossexual, e de classe média baixa. Estudava Letras em uma universidade pública do estado de São Paulo, e, embora morasse com seus pais, trabalhava em período integral como inspetora de alunos em uma escola municipal em cidade próxima à da

---

<sup>6</sup> Versões ampliadas desses resultados estão disponíveis em Buzato (2011, 2012a, 2012b)

universidade, e, além disso, ministrava aulas particulares em horários alternativos e aos fins de semana para complementar a renda própria com a qual supria suas necessidades de locomoção, vestuário e consumo de tecnologia para fins pessoais (créditos de celular e internet 3G).

Os dados foram gerados com a ajuda de instrumentos etnográficos tradicionais tais como observação simples e participante, coleta de textos e artefatos, conversas informais e anotações de campo. Em especial, usou-se um software de monitoramento<sup>7</sup> capaz de registrar, à taxa de 12 registros por minuto, toda a atividade exibida na tela do computador pessoal portátil utilizado por A., assim como uma série de outros dados relativos à sua atividade online.

Após uma fase de entrevistas em que foi selecionada, e a assinatura de um “termo de consentimento livre e esclarecido”, instalou-se o software em seu *netbook* que era levado por ela a diversos lugares ao longo do dia (ver figura 1), e que dispunha de conexão 3G para navegação na Internet. Assim como os demais informantes da pesquisa, A. foi treinada para recolher e entregar ao pesquisador, periodicamente, os arquivos de registro produzidos por esse software, tendo sempre a opção de eliminar registros específicos antes da entrega nos casos de (i) o computador ter sido utilizado por outra pessoa no caso daquele registro; (ii) o registro ser de atividade considerada excessivamente íntima para ser compartilhada (por exemplo, sexo virtual); ou (iii) os terceiros envolvidos nas interações negarem explicitamente seu consentimento em participar, nos mesmos termos, ao próprio informante.

Os sujeitos permitiram ao pesquisador, ainda, recolher textos impressos ou quirográficos produzidos por eles nos âmbitos escolar e profissional, além de terem desenhado, a pedido do pesquisador, e isoladamente, diferentes mapas que retratavam as distribuições espaciais, temáticas e midiáticas de seus letramentos. Com base em um dos mapas desenhados por A., elaborei a figura 1, que dá uma noção do que seria “o contexto” de seus letramentos digitais:

---

<sup>7</sup> Spector Pro 6.0, *Spector Soft*, Vero Beach, EUA.

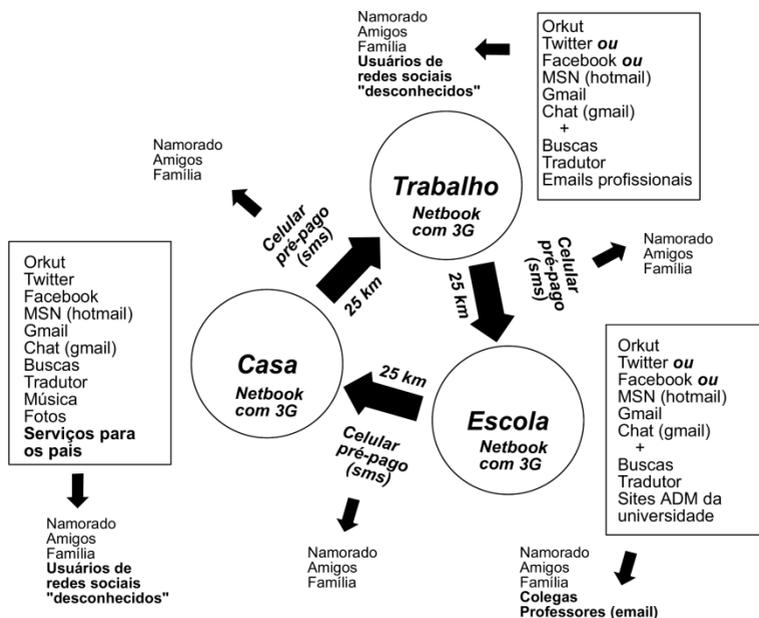


Figura 1 - Circulação diária do corpo e dos letramentos digitais de A.

Os dados obtidos via software de monitoramento passavam, inicialmente, por uma análise quantitativa baseada em contagens fornecidas pelo próprio sistema (por exemplo, o horário e frequência de uso do computador, ranqueamentos das palavras-chave, endereços de internet e programas mais utilizados, arquivos baixados e enviados, parceiros de comunicação mais frequentes, e assim por diante). A partir dessa pré-análise, o pesquisador selecionava os instantâneos de tela e registros escritos pertinentes, utilizando esses dados como ponto de partida para entrevistas semiestruturadas realizadas periodicamente.

Os mesmos registros eram inseridos em um software de análises qualitativas<sup>8</sup>, juntamente com os registros de campo,

<sup>8</sup> Atlas.ti 6.0, *ATLAS.ti Scientific Software Development GmbH*, Berlin, Alemanha.

diários, mapas e transcrições das entrevistas e, em seguida, anotados e codificados com base, inicialmente, em conceitos da Teoria Ator-Rede, e, em seguida, nas categorias explicativas propostas pelos próprios sujeitos e pelo pesquisador ao longo da pesquisa.

Na vinheta que se segue, pretendo mostrar, de forma bastante sintética, qual era a problematização que orientava o empreendimento subjetivo de A. e como ela alistou e traduziu importantes aliados na formas de textos e tecnologias para fazer com que sua translação avançasse. Ao mesmo tempo, mostrarei que, ao engajar-se em seu próprio empreendimento subjetivo, A. tinha sua ação estruturada e enquadrada por outros sítios através de OFs, delegados e móveis imutáveis.

A problematização de A. estava expressa, em suas próprias palavras, no pequeno texto endereçado aos leitores de seu blog dedicado a “ensino, diversidade e linguagem”:

**Excerto 1 – "Sobre mim", seção inicial do post de A.**

Nada sei, ainda. Mas vivo em contínua busca pelo conhecimento. Tentarei ajudá-los, conforme for conseguindo. E vocês também podem me ajudar muito...Topam?

A. decidira montar um blog para “quem tiver interesse em *seguir* (...) talvez quem tenha alguma *dúvida* em português, questão de ensino” (grifos adicionados), mas não pretendia atrair seus leitores com a promessa de respostas certas e prontas; o que oferecia como interesse comum, capaz de traduzir os interesses de seus leitores, era justamente a possibilidade de aprender pela dúvida, como conta o post “aula” tirado do blog:

**Excerto 2 – “Aulas”, post no blog de A.**

Bem, moro numa escola e trabalho em uma, também. Estive pensando, seriamente, sobre algumas questões. E *eu*, entrando *também* no Ensino, *pairam-me* várias *dúvidas*. Por exemplo: como incentivar a leitura entre os alunos? Como fazê-los ler? E a internet, é um mal? (itálicos adicionados)

Se, para um observador distanciado, a problematização de A. pode parecer vaga ou mesmo ingênua, para ela tratava-se de falar sobre sua experiência concreta, na qual a dúvida demonstrou sua capacidade, em diferentes provas de força. Ligada, durante toda sua infância e adolescência, a uma igreja evangélica pentecostal que lhe impunha muitas restrições comportamentais baseadas em dogmas, A. encontrou na dúvida um aliado valioso:

**Excerto 3 – Trecho de entrevista semiestruturada realizada na casa de A.**

Pronto, o marco foi o cursinho (...) Você para pra refletir... aula de redação... você começa a ficar mais crítica, aquele ambiente de... começa ... a faculdade começa no cursinho! É isso! Aí eu parava pra olhar ((inaudível))... puxa, né?, ia estudar história mais a fundo, e... eu estudava na escola também, antes, mas eu pensava comigo ‘não, o professor tá falando absurdo’, porque eu acreditava no que diziam na igreja.

Se “diversidade” agora figurava em seu blog como algo a ser discutido e compreendido a partir da dúvida, assim não era nos tempos em que o pastor lhe dizia, exatamente, como ser mulher e continuar pertencendo à igreja: não cortar o cabelo, não fazer curso superior, não ir a festas, não cultivar sonhos de casamento com vestido branco e música romântica, como havia nos filmes, um preceito específico daquela denominação protestante que lhe era particularmente difícil aceitar. Começando a vincular-se em outras translações, persuadida e alistada por problematizações alternativas, A. negociou novas maneiras de traduzir seus interesses e os interesses de Deus, por rotas que já não tinham no pastor um ponto de passagem obrigatório.

**Excerto 4 – Trecho de entrevista semiestruturada realizada na casa de A.**

Aí você ouvia, assim, eles diziam coisas, contavam a explicação, bíblica e tal, mas eu falava, não, mas isso daí é um momento! Sabe, guardar a força assim nos cabelos, e pá-pá-pá. Eu falei: "mas gente... ((colocando a palma da mão sobre a testa)) Sansão e Dalila já passou, agora... *não tem a ver agora.* (...)

(...) fala que se ela tiver o cabelo, os cabelos crescidos, o cabelo é como se fosse, representa o véu. Mas fala cabelos crescidos. *São cabelos crescidos*, compridos ((corre as palmas das mãos pelos cabelos, de cima para baixo)), *mas não que você não pode cortar.* E eles 'não, mas não pode'. Daí eu pensei bem que *determinadas coisas eram ditas na igreja, para as mulheres, para que elas, automaticamente não evoluíssem*, digamos assim (...)" (itálicos adicionados)

Chama a atenção no excerto não apenas o modo como A. traz para sua relação com o texto bíblico a mesma atitude crítica que relata ter adquirido em seus novos letramentos escolares, mas, em especial, a ação "desviante" de um mediador não humano até então insuspeito: seu cabelo. É um fenômeno cultural relativamente bem conhecido no Brasil, assim como em outros países em que vigorou a escravidão africana, o valor simbólico atribuído ao cabelo crespo típico do fenótipo afrodescendente, chamado pejorativamente de "cabelo ruim", assim como o são as reivindicações identitárias e políticas envolvidas no ato da mulher negra alisar, africanizar, prender ou deixar crescer livremente seu cabelo. Tomar posse do próprio cabelo e decidir como moldá-lo foi, então, um passo importante para que A. negociasse sua subjetividade de mulher adulta afrodescendente. Aparentemente, a recalcitrância (LATOURET, 2000) do cabelo, que teimava em crescer "fora do controle", teve tanta importância na troca de vínculos que A. realizou quanto a recalcitrância da Ciência, que tinha como porta-vozes os professores do cursinho, em relação às problematizações da realidade propostas pela religião, que tinha como porta-voz o pastor.

De fiéis intermediárias que, esperava o pastor, viessem a transportar para o cotidiano dos crentes, por meio dos seus sentidos literais, a vontade de Deus, as palavras do texto bíblico

passaram a mediadoras para uma A. alistada e interessada, agora, em outras translações, na forma de outros letramentos, como os do cursinho, ou do grupo de usuários do *Yahoo Answers* com quem juntara-se para fundar uma lista de discussão sobre ateísmo e religiões.

**Excerto 5 – Trecho de entrevista semiestruturada realizada na casa de A.**

Eu parava pra pensar, ali em casa: eu conheço a bíblia de cabo a rabo! Esses tempos que eu passei na ((nome da igreja)) pelo menos serviram pra isso. Eu conhecia, eu sabia tal versículo, o outro versículo. A pessoa fala, eu ((toca a cabeça com o indicador)) sei onde está! Mas e o mesmo... foi esse... foi o conhecimento da Bíblia é que me fez sair, também. Parei pra analisar! ‘Ah, vocês leiam a Bíblia!’, era muito incentivo o tempo todo, ‘tem que ler a Bíblia, tem que ler a Bíblia, tem que ler a Bíblia’, né? *Esse mesmo conselho é que me fez sair.* (itálicos adicionados)

Junto às inscrições da Bíblia, passavam por A. agora outros móveis imutáveis que podiam ser comparados, relacionados e embaralhados a outras representações, que circulavam por outras redes, e alimentavam outras problematizações para os mesmos problemas filosóficos, como os do biologismo (Figura 2). Chamou-me a atenção, em especial, a Figura 3, que toma um símbolo cristão normalmente utilizado para figurativizar o actante “dor” (a cruz) e, tal como fizera A. com respeito aos cabelos de Sansão descritos no texto bíblico, o recontextualiza e reinterpreta por meio de uma ligeira mudança de perspectiva. Assim como cabelos não cortados viraram cabelos longos, a cruz torna-se uma pandorga, capaz de figurativizar outros actantes, ligados ao gnosticismo não institucionalizado (“leveza da alma”) e/ou ao ateísmo (“liberação da mente”), discursos entre os quais A. parecia estar “em dúvida” à época.

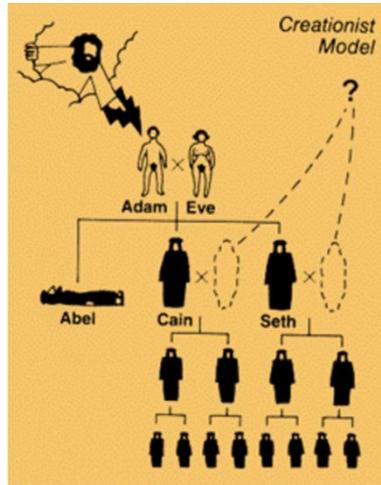


Figura 2<sup>9</sup>

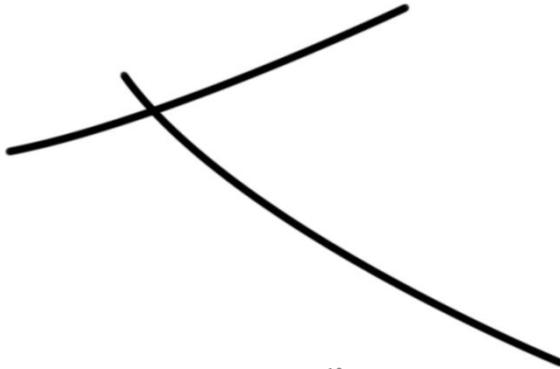


Figura 3<sup>10</sup>

---

<sup>9</sup> Arquivos de imagem disponíveis no repositório da comunidade de discussão sobre religiões e ateísmo de que A. participava.

<sup>10</sup> Arquivos de imagem disponíveis no repositório da comunidade de discussão sobre religiões e ateísmo de que A. participava.

Ao mesmo tempo em que tinha dúvidas e buscava respostas numa variedade de fontes, A. também procurava envolver-se em eventos interativos em torno de outros problemas, e em torno das dúvidas dos outros, como atesta a Figura 4, em que aparece um total de nove mensagens do serviço de perguntas e respostas *Yahoo Answers* dentre vinte e cinco mensagens exibidas em apenas uma tela do sistema.

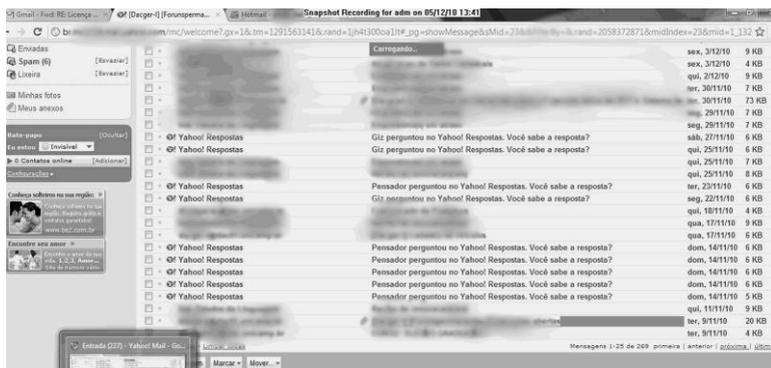


Figura 4

Notei que A. de fato engajava-se com as perguntas e respostas que lhe eram enviadas pelo serviço, dedicava-lhes tempo e esforço, conectando-se ao serviço por uma quantidade razoável de tempo praticamente todos os dias, a despeito de todas as atividades profissionais e acadêmicas que realizava. Sobre sua motivação para tanto, explicou:

**Excerto 6 – Trecho de entrevista semiestruturada realizada em meu gabinete**

A maioria das vezes eu entro pra responder (...) você monta um perfil e escolhe as categorias de perguntas (...) Eu tenho uns amigos das exatas que entram pra olhar (...) os exercícios, né? Tipo, quem tem a resposta pro exercício tal? (...) Aí as pessoas opinam, ajudam a resolver ... é uma forma também... e, ele:: conforme você responde perguntas, você

ganha pontos também, e quando você pergunta, você perde alguns. Era meio que uma competição, inicialmente, ma:::s daí ...

Perguntei a A. para quê serviam os pontos ganhos<sup>11</sup> no sistema:

**Excerto 7 – Trecho de entrevista semiestruturada realizada em meu gabinete**

... não sei [a finalidade da pontuação obtida pelos usuários do sistema] (risos)... pra nada (risos) Pelo menos para entrar lá e pra falar "nossa, ele sabe das coisas"! (risos) Uma vez eu respondi, assim... sobre português... às vezes eu respondia, tipo... sobre o cotidiano... uma vez uma menina perguntou assim 'o que é que eu faço em tal situação, eu tô grávida, e tal?... Eu peguei e dei um conselho pra ela, eu dei um conselho. E dali você tem um grupo de pessoas também, você pode fazer amigos, e... a gente montou um grupo de discussão, aquele que ... o das religiões.

Estamos aqui diante de um dos já mencionados objetos fronteiriços que permitiam a uma translação local, que

---

<sup>11</sup> No Yahoo Answers, os usuários começam com 100 pontos dados pelo site e passam a receber pontos por resposta dada (2 pontos), por votar na melhor resposta (1 ponto), por avaliar a melhor resposta numa questão já encerrada (1 ponto), por ser o autor da resposta escolhida como a melhor (10 pontos) e por escolher a melhor resposta para um pergunta que ele mesmo fez (3 pontos). Em compensação, a cada pergunta feita, o usuário perde 5 pontos. Como se vê, o sistema desestimula a formulação de perguntas irrelevantes para o autor, ao mesmo tempo em que estimula as pessoas a usarem seu próprio conhecimento de mundo e sua capacidade de avaliação para refinar e qualificar, perante o sistema, quais as respostas seriam as mais relevantes para cada pergunta efetuada. À medida que a pontuação do usuário aumenta, ele recebe privilégios tais como ter direito a fazer mais perguntas e a avaliar respostas dadas a outras perguntas que não as feitas por ele mesmo. Os usuários são classificados em níveis que vão do 0 ao 7, e essa informação aparece junto ao seu perfil para todos os demais usuários, conferindo-lhe graus diferenciados de prestígio na comunidade. Manter-se no nível máximo, contudo, requer que o usuário mantenha-se constantemente ativo, perguntando, respondendo e avaliando, pois o status do usuário é revisto pelo sistema semanalmente.

representamos como sendo a subjetividade de A., vincular-se a uma outra translação, de maior extensão, acessível em uma escala superior de análise, representada como um negócio ou serviço de internet chamado *Yahoo Answers*. Como explica A. nos excertos 6 e 7, o sistema serve para estruturar uma série de atividades locais suas que fazem avançar sua problematização (tirar e oferecer dúvidas sobre assuntos variados). Além disso, o sistema trazia até ela o mesmo tipo de aliado que ela buscava atrair quando construiu seu blog (pessoas com dúvidas ajudando outras pessoas com dúvidas) e que identificasse e negociasse interesses comuns (religião, papel/problemas de mulheres, matérias escolares) com muitos aliados em potencial. Finalmente, o sistema lhe permitia tratar do seu empreendimento subjetivo no que tangia a certas facetas de sua “diversidade” muitas vezes excluídas (tratadas como tabu), ou abordadas de forma autoritária na igreja ou na escola, facetas como a da possibilidade de uma adolescente decidir por si mesma sobre continuar ou interromper uma gravidez.

Do lado de lá do OF, o que se tem é uma operação comercial, fundamentada em um plano de negócios (uma problematização) voltada para transformar uma companhia ponto-com em um ponto de passagem obrigatório para as necessidades e desejos informativos, e, por conseguinte, de consumo, de mais e mais usuários da Internet. A estratégia da companhia para conseguir desviar a trajetória dos usuários desse tipo de serviço de outros sítios para si foi trocar especialistas pagos em dinheiro por usuários que se esforçam por, eles mesmos, fornecer respostas em troca de pontos que, conforme já dito no excerto 7, traduzem-se em popularidade e credibilidade pessoais. Com isso, a companhia pode dar-se ao luxo de oferecer o serviço gratuitamente.

O valor financeiro necessário para sustentar o empreendimento é conseguido de duas formas. Uma delas é a venda de oportunidades de publicidade altamente direcionada, e portanto altamente eficaz, a anunciantes comerciais (por exemplo, um fabricante de xampu paga para que o serviço exiba um link ou banner sobre seus produtos no exato momento em

que alguém pergunta ou responde sobre problemas capilares ou estilos de penteado). A outra é o uso do conteúdo gerado pelos usuários (as perguntas e respostas) para outras aplicações como, por exemplo, motores de busca. Mesmo sem se importar com sua pontuação, ou em saber para que serve a pontuação, A. produz, a cada momento, a viabilidade do empreendimento global figurativizado pelo site na Internet, ao mesmo tempo em que a central de cálculo produz uma A. para quem ter dúvidas e tirar dúvidas dos outros, é um prazer e um interesse que lhe é caro.

### **Inclusão digital e teoria pós-social**

A argumentação introdutória do capítulo somada à vinheta apresentada na seção anterior cumpriram o objetivo de ilustrar um dos caminhos possíveis para o desenvolvimento de uma abordagem pós-social para a pesquisa, e o ensino, em (novos) letramento(s). Pós-social, neste caso, faz referência à "expansão maciça dos mundos de objetos no mundo social e ao surgimento de ambientes de trabalho e de lazer que promovem e demandam relações com as coisas (mais do que com os outros)" (KNORR-CETINA, 2005, p. 585).

Como a própria autora esclarece, a abordagem aponta diretamente para a crescente necessidade da pesquisa em ciências sociais, e acrescentamos, no campo aplicado dos estudos da linguagem, de reconhecer a língua, cultura, raça, classe, gênero e outros construtos sociológicos não mais como matrizes geradoras de comportamentos humanos e da sua relação com os objetos, mas como efeitos de processos de medição social e política traduzida na configuração de redes em que humanos e coisas gozam de um status simétrico enquanto atores sociais.

Agências de letramento e de "inclusão" tais como a família, a escola, a empresa, a igreja, o sindicato, entre outras não podem mais, tão claramente como no passado, ser compreendidos como fontes imanentes de normas e restrições que regulam e constroem comportamentos humanos pela via da mediação semiótica sem que se leve em conta sua própria constituição híbrida, isto é, o fato de que há diversas

materialidades encadeadas na forma de atores humanos e não humanos que transmitem e traduzem forças e significados que redundam em comportamentos sociais. O que é uma família hoje, por exemplo, está em franca disputa desde que se conseguiu reconstituir, por meio de cadeias extracorpóreas de entidades químicas, físicas, biológicas, legais, etc. os vínculos entre afeto, genótipo, gênero e sexo. O que é uma sala de aula, e até que ponto o que se faz nela pode ser chamado de aula, entra rapidamente em disputa quando se disponibilizam computadores conectados para professores e alunos, pois os vínculos entre privacidade, informação, atenção e aprendizagem até então estabilizados por paredes, quadros-negros, apostilas, carteiras e provas tornam-se instáveis, clamando pela intervenção de novos mediadores humanos (administradores de redes, formadores de professores, alunos protagonistas, etc.) e não humanos (metodologias, currículos, softwares, etc.) que estabilizem, ao mesmo tempo em que traduzem e redirecionam, a translação, em diferentes escalas.

Assim como os sujeitos letrados, as tecnologias e as agências promotoras de (novos) letramento(s) e/ou inclusão (social, digital), que, por sinal, também podem/devem ser vistas como tecnologias, no sentido foucaultiano, não podem ser tomadas como caixas-pretas<sup>12</sup> que acolhem iletrados e excluídos e devolvem incluídos e letrados ao “sistema” sem que nos importemos com suas controvérsias internas. Tampouco são caixas pretas as subjetividades letradas dos que criam, avaliam e gerenciam essas agências e tecnologias. Uma concepção do(s) (novos) letramento(s) fundamentada numa ótica pós-social, portanto, estaria vinculada a uma outra sensibilidade para o que

---

<sup>12</sup> O termo deve ser tomado aqui no sentido que possui dentro da TAR, isto é, como uma entidade altamente complexa cujo funcionamento interno esteja a tal ponto estabilizado, livre de controvérsias internas, que se possa pensá-la como uma entidade única e levar em conta apenas os seus *inputs* e *outputs*. A caixa preta, dessa forma, adquire o status de fato/realidade e deixa de ser objeto de atenção a menos que, por força de sua vinculação a outras translações, ela necessite ser reaberta. Reabri-la, contudo, corresponde a reconfigurar o que, até então, se entendia por realidade ou por fato e realimentar o fogo das controvérsias internas que haviam sido apaziguadas.

há “lá fora”, nos contextos e “lá dentro”, nos sujeitos e máquinas, uma sensibilidade que permita tomar sujeitos, letramentos e contextos em um mesmo plano de relações que possam ser descritas e estudadas por meio de uma semiótica material (LAW, 2007).

Trata-se, nesse caso, de pensar inclusão e exclusão como processos de conexão e desconexão no sentido da TAR, isto é, processos em que pessoas e coisas se alistam mutuamente em translações que facultam determinadas trajetórias da ação e dos significados na constituição dinâmica de atores-redes que se autoincluem quando percebem que a translação traduz aceitavelmente seus interesses e se autoexcluem em caso contrário.

Essa visão de inclusão e exclusão não impede que agências de letramento e de “inclusão” adotem estratégias figurativizadas na forma de intervenções no cotidiano dos atores que permitam mudanças na estrutura ou sistema como um todo, e vice-versa. Afinal, alguma problematização é necessária se o que se deseja é um gerenciamento produtivo de diferenças entre as pessoas (ou mesmo tolerância a elas), e das desigualdades (sobretudo econômicas) que as caracterizam, pela incorporação dos indivíduos aos “sistemas” de renda, consumo e participação civil na era do capitalismo globalizado. Importa, contudo, que os que gerenciam as agências, e portanto, o andamento da translação, atores-focais, tenham ciência de que tais planos são entidades conceituais e políticas que sua problematização alista para poder interessar outros aliados (financiadores, governos, legisladores e os próprios sujeitos participantes), ou, em alguns casos, OFs que as próprias agências podem usar para negociar os significados de seu trabalho com governos e outras instâncias concretas de poder em escala maior, e com os sujeitos locais que elas pretendem beneficiar com sua atuação.

Da mesma forma, ainda que construtos sociológicos tais como classe, gênero, cultura, língua e etnia mostrem-se cada vez menos resistentes nas provas de força que outrora lhes asseguravam a posição de porta-vozes de coletivos humanos nas problematizações dos cientistas sociais em geral, para traduzir na

linguagem da TAR a afirmação de Knorr-Cetina (2005, p. 586) de que “formas sociais tais como as conhecíamos tornaram-se achatadas, estreitas e desbastadas”, esses construtos continuam úteis enquanto “subjeficadores” que os sujeitos podem alistar nos processos de troca de vínculos que podemos identificar como movimentos de sua autoinclusão e autoexclusão. A. o fez, por exemplo, ao usar “diversidade” como mote para seu blog pessoal e quando decidiu que “determinadas coisas eram ditas na igreja, para as mulheres, para que elas, automaticamente não evoluíssem”; mas também ao perceber-se uma mulher diferente das mulheres da Bíblia no momento em que seu cabelo, e não mais o pastor, passou a mediar sua relação com a Bíblia. Tanto o gênero “construto sociológico” quanto o gênero “empreendimento subjetivo” aparecem aí vinculados a, e portanto traduzindo e sendo traduzidos por, um conjunto de entidades não humanas (a bíblia, os cabelos compridos, o vestido branco, o machismo, o blog) que, tanto quanto as humanas (sociólogos, pastores, professores, namorados, colegas de cursinho), produzem um híbrido (ator-rede) chamado A..

À guisa de conclusão, relembro o leitor de que este trabalho objetivou propor um enfoque, uma certa (nova) sensibilidade, e não diretrizes práticas, ou “soluções” para os que entendem com sua missão promover ou compreender melhor o(s) (novos) letramento(s) dos sujeitos que queremos educar, “incluir” ou pesquisar. Em todo caso, posso deixar, como uma contribuição mais propositiva, a sugestão de que, quando tomamos os sujeitos como híbridos (atores-redes), transformá-los em alunos, objetos de pesquisa ou cidadãos não precisa, nem deve, ser sinônimo de romper seus vínculos (purificar o híbrido). Educá-los deveria corresponder a apoiá-los na formulação e implementação de problematizações mais sofisticadas, nas quais possam alistar os dispositivos e os letramentos digitais ao seu alcance, dando-lhes um sentido estratégico, para trocar vínculos piores por vínculos melhores (LATOURET, 2005). “Incluí-los” digitalmente seria não apenas desobstruir ou fornecer caminhos (telemáticos) de circulação desses vínculos estratégicos, por exemplo, apresentando-lhes a filosofia da inovação aberta em

rede e fornecendo-lhes aliados importantes tais como conhecimentos, materiais didáticos, software livre, entre outros, mas também apontar, sempre, para o lado de lá dos diversos objetos fronteiriços com que terão que lidar ao longo da vida, de modo que fique-lhes claro que o que a internet, a escola, o governo, a empresa, etc. fazem com/por eles é um efeito do que eles fazem com/por a internet, a escola, o governo, a empresa, etc. em outras escalas, e vice-versa. Em verdade, pode-se postular que o interesse e/ou capacidade de compreender as problematizações por trás dos diversos OFs que estruturam os (novos) letramentos, o papel dos delegados e móveis imutáveis que mantêm a translação em funcionamento, e as identidades atribuídas ao usuário e aos demais atores da translação pelo ator-focal, a partir de sua perspectiva sinóptica, sejam parte essencial do que poderíamos chamar de (novos) letramentos críticos, os quais agências de letramento tais como a escola poderiam assumir como sendo um actante chave a ser integrado à sua própria problematização.

Pesquisar esses mesmos sujeitos e suas práticas, para finalizar, deveria ser sempre, também, um exercício de reflexividade para o pesquisador, pois, ao levantar as problematizações e mapear os atores-redes, ele não está fazendo outra coisa se não fazer avançar sua própria problematização, persuadindo e alistando sujeitos, dados, equipamentos, teorias, etc. para que traduzam em suas próprias línguas os interesses da disciplina e aqueles do próprio pesquisador. Não nego, nem poderia negar, que é isso também que tento fazer com você, meu leitor. Apenas agradeço a você, como já fiz com A. e com outros participantes da pesquisa, pelo pedaço do caminho em que nossos interesses puderam caminhar menos solitários.

## Referências bibliográficas

BARTON, D; HAMILTON, M. Literacy, reification and the dynamics of social interaction In: BARTON, D; TUSTING, K. (org) *Beyond Communities of Practice: language, power, and social context*. New York: Cambridge University Press, 2005. p. 14-35.

BRANDT, D.; CLINTON. Limits of the local: Expanding perspectives on literacy as a social practice. *Journal of Literacy Research*, n.34, v.3, p. 337-356, 2002.

BRUNS, A. Towards Probusage. In: *Proceedings of Cultural Attitudes towards Communication and Technology 2006*. Perth: Murdoch University, 2006, p. 275-84. Disponível em <[http://produsage.org/files/12132812018\\_towards\\_produsage\\_0.pdf](http://produsage.org/files/12132812018_towards_produsage_0.pdf)>, acesso em 12 Jan, 2012.

BUZATO, M.E.K. Letramento, novas tecnologias e a Teoria Ator-Rede: um convite à pesquisa. *Remate de Males*, n.29, v.1, p. 71-88, 2009.

BUZATO, M.E.K.. Cultura Digital e Apropriação Ascendente: Apontamentos para uma educação 2.0. *Educação em Revista*, n. 26, v. 3, p. 283-303, 2010a.

BUZATO, M.E.K. Can reading a robot derobotize a reader? *Trabalhos em linguística aplicada*, v.9, n.2, p.: 359-372, 2010b.

BUZATO, M.E.K. Novos letramentos e a Teoria Ator-Rede: gêneros digitais como objetos fronteiriços. In: *Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Testuais (SIGET)*, 4, Natal, 2011. Anais... Natal, UFRN. Disponível em <http://www.cchla.ufrn.br/visiget/pgs/pt/anais/Artigos/Marcelo%20El%20Khouri%20Buzato%20%20%28UNICAMP%29.pdf>., acesso em 20/02/2011.

BUZATO, M. E. K. Práticas de letramento na ótica da Teoria Ator-Rede: casos comparados. *Calidoscopio*, São Leopoldo (RS), v. 10, n. 1, p. 65-82, 2012a.

BUZATO, M. E. K. Letramentos em rede: textos, máquinas, sujeitos e saberes em translação. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, v. 12, n. 4, a sair em 2012b.

BUZATO, M. E. K.; SEVERO, C. G. Apontamentos para uma análise do poder em práticas discursivas e não-discursivas na Web 2.0 In: *Anais online do 9º Encontro do CELSUL (Círculo de Estudos Linguísticos do Sul)*, 2010. Disponível em

<<http://www.celsul.org.br/Encontros/09/artigos/Marcelo%20Buzato.pdf>  
>, acesso em 20 Fev, 2011.

CALLON, M. Some Elements of a Sociology of Translation: Domestication of the Scallops and the Fishermen of St Briec Bay. In John Law (ed.) *Power, Action and Belief: A New Sociology of Knowledge*. London: Routledge & Kegan Paul, 1986.

CALLON, M.; LAW, J. After the Individual in Society: Lessons on Collectivity from Science, Technology and Society' *Canadian Journal of Sociology / Cahiers canadiens de sociologie*, v. 22, n. 2, p. 165-182, 1997.

CLARKE, Julia. A new kind of symmetry: Actor-network theories and the new literacy studies. *Studies in the Education of Adults*. v.34, n. 2 : 107-122, 2002.

EISENSTEIN, E. *The Printing Press as an Agent of Change*. Cambridge : Cambridge University Press, 1979.

FENWICK, T.; EDWARDS, R. *Actor-Network Theory and Education*. London: Routledge, 2010.

HAMILTON, Mary. Priviledged literacies: policy, institutional process and the life of IALS. *Language and Education*, v.15, p. 178-196, 2001.

KNOBEL, M.; LANKSHEAR, C. Sampling 'the new' in new literacies. In \_\_\_\_\_.(Eds.) *A new literacies sampler* , New York: Peter Lang, 2007. p. 1-24.

KNORR-CETINA, K.. Postsocial. In: G. RITZER (org.), *Encyclopedia of Social Theory*, vol.2. Thousand Oaks, Sage Reference, 2005. p. 585-590.

LATOUR, B.. Visualisation and Cognition: Thinking with eyes and hands. *Knowledge and Society Studies in the Sociology of Culture Past and Present*, v.6, n.1, p. 1-40, 1986.

LATOUR, Bruno. Drawing things together. In LYNCH, M; WOOLGAR, S. (orgs.) *Representation in scientific practice*. Cambridge: MIT Press, 1990. p. 19-68.

LATOUR, B..Where Are the Missing Masses? The Sociology of a Few Mundane Artifacts. In: W. BIJKER.; J. LAW (eds.), *Shaping Technology/Building Society: Studies in Sociotechnical Change*. Cambridge, MIT Press, 1992. p. 225-258.

LATOUR, B. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LATOUR, B.. On Interobjectivity. *Mind, Culture, and Activity*, v.3, n.4, p. 228-245, 1996.

LATOUR, B. *Ciência em Ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo, Editora da UNESP, 2000.

LATOUR, B. *Reassembling the Social: An introduction to actor-network-theory*. New York, Oxford University Press, 2005.

LAW, J.. Notes on the Theory of the Actor-Network: Ordering, Strategy, and Heterogeneity. *Systems Practice*, v.5, n.4, p.:379-393, 1992.

LAW, J. Objects, spaces and others. Centre for Science Studies Lancaster University. 2000. Disponível em <http://www.comp.lancs.ac.uk/sociology/papers/Law-Objects-Spaces-Others.pdf>., acesso em: 12/02/2009.

LAW, J. Traduction/Trahison: Notes on ANT. *Convergencia*, n. 42, p. 47-72, 2006.

LAW, J. Actor Network Theory and Material Semiotics. Centre for Science Studies Lancaster University. 2007. Disponível em <http://www.heterogeneities.net/publications/Law2007ANTandMaterialSemiotics.pdf>., acesso em: 12/03/2010.

LEANDER, Kevin; LOVVORN, Jason. Literacy Networks: Following the Circulation of Texts, Bodies, and Objects in the Schooling and

Online Gaming of One Youth. *Cognition and Instruction*, n. 24, v. 3, 2006. p. 291–340.

STAR, Susan L.; GRIESEMER, James R. Institutional Ecology, 'Translations' and Boundary Objects: Amateurs and Professionals in Berkeley's Museum of Vertebrate Zoology, 1907-39. *Social Studies of Science*, v.19, n. 3 (Aug., 1989), 387-420.